



GT - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E
SERVIÇO SOCIAL

AS IMPLICAÇÕES DA AUSTERIDADE FISCAL NA POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS

Ilena Felipe Barros¹, Roberta Camila Alves Cavalcante², Emilly Florentina de Oliveira³, Denilson Dantas Gomes⁴, João Batista de Lima Martins Neto⁵

RESUMO

O artigo tem o propósito de fazer uma síntese analítica da relação existente entre a política de austeridade fiscal e a política de assentamentos rurais, utilizando como base os Programas "Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária" e "Reforma Agrária e Governança Fundiária" dos Planos Plurianuais de 2012-2015 e 2016-2019, bem como os Relatórios de Gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O presente trabalho faz parte da pesquisa "As implicações do ajuste fiscal na efetivação das políticas sociais, no agravamento da pobreza e na desigualdade social", desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Questão Social, Política Social e Serviço Social, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com apoio CNPq. Esse estudo busca promover uma maior compreensão acerca das estratégias desenvolvidas pelo Programa, evidenciando os impactos do ajuste fiscal na estrutura orçamentária da política de assentamentos voltada para a população camponesa.

Palavras-chave: Ajuste Fiscal. Assentamentos. Reforma Agrária.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de moradia e de locais destinados para a produção de pequenos camponeses é um fenômeno que tem despertado interesse e preocupação em diversos âmbitos. Assim, o presente estudo se insere no escopo da pesquisa intitulada "As implicações do ajuste fiscal na efetivação das políticas sociais, no agravamento da pobreza e na desigualdade social", desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social do Departamento de Serviço Social

¹ Doutora em Serviço Social; Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestranda em Serviço Social; membro do grupo de estudos e pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Graduanda em Serviço Social; membro do grupo de estudos e pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social.

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Graduando em Serviço Social; membro do grupo de estudos e pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social.

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Graduando em Serviço Social; membro do grupo de estudos e pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social.



da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O objetivo central deste artigo é analisar a relação entre o ajuste fiscal e os impactos na política de assentamentos rurais. Para tanto, fundamenta-se nos estudos dos Programas “Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária” e “Reforma Agrária e Governança Fundiária” dos Planos Plurianuais (PPA) de 2012 - 2015 e 2016 - 2019, respectivamente, bem como nos Relatórios de Gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Dessa forma, considerando o contexto político e socioeconômico caracterizado pelo avanço de medidas neoliberais e pelo recrudescimento das políticas de ajuste fiscal, é essencial compreender como tais fatores impactam diretamente na concretização da política de Reforma Agrária. Nesse sentido, as análises aqui presentes se inserem em um contexto mais amplo de investigação sobre as consequências do ajuste fiscal na Política de Reforma Agrária e no agravamento da pobreza rural.

Espera-se que os resultados deste estudo possam aprofundar o conhecimento acerca da relação entre o ajuste fiscal, a política de Reforma Agrária e a persistência da violência no campo. Além disso, visa fornecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas que promovam a redução da violência, a garantia dos direitos dos trabalhadores rurais e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ajuste Fiscal no Brasil: origens e impactos

Durante 21 anos, entre 1964 e 1985, o Brasil esteve imerso no regime autoritário de uma ditadura civil militar marcada pela repressão aos movimentos sociais e o endividamento do Estado. Após esse período, o país viveu a construção da democracia e da nova Constituição Federal, que define os marcos regulatórios da federação, inclusive os direitos sociais, civis e políticos.

Apesar da existência desse instrumento regulatório das ações estatais, ainda há brechas que permitem a não efetivação do que está escrito no documento. Isso ocorre devido ao fato da persistente correlação de forças e o conflito de interesses entre as classes sociais. De tal modo, a Carta Magna nacional, por si só, torna-se insuficiente



para a garantia e aplicabilidade de direitos, pois, através de diferentes estratégias, altera-se a legislação em favorecimento aos interesses das classes dominantes.

Assim, essas disputas ficam evidenciadas com mais força, a partir dos anos 1990, com a inserção do Brasil no neoliberalismo; ocasionando a luta pelo fundo público nacional, a desnacionalização da economia, privatização de estatais e redução dos gastos sociais, entre outras ações. No Brasil, os princípios do neoliberalismo ingressam a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, que privatizou estatais com o argumento de “reduzir” o Estado e conter os gastos sociais da União, evidenciando a presença do Ajuste Fiscal nas pautas do governo.

A inserção de agenda neoliberal no Brasil, compreende-se como uma estratégia ideológica de influência externa da dinâmica internacional. De acordo com Fiori (2000) o processo se desenvolveu a partir da retirada da responsabilidade do Estado com as políticas públicas, transferindo o trato da questão social para as entidades do terceiro setor.

Se faz pertinente destacar que o ajuste fiscal se justifica como uma estratégia complexa, na qual cada representação do governo elenca suas abordagens e prioridades de acordo com os determinantes que o país enfrenta no momento. E, para colaborar com a aplicabilidade do ajuste fiscal nos países em desenvolvimento, utiliza-se do Receituário Neoliberal, um documento elaborado durante o Consenso de Washington por países de capitalismo desenvolvido que apresenta propostas para o crescimento de países subdesenvolvidos. Dentre os princípios elencados temos o incentivo a desnacionalização da economia, redução em gastos públicos, privatizações, contenção orçamentária e realização do *superávit* primário, este último baseado em metas agroexportadoras que consolidam uma economia de dependência internacional.

Frigotto (2001, p. 77), afirma que:

O resultado desse processo é uma falência dos estados nacionais mediante a perda da capacidade de suas moedas - crise fiscal e crescente dilapidação do fundo público para honrar ganhos do capital especulativo. As reformas do Estado, sob a tríade desregulamentação/flexibilização, autonomia/descentralização e a privatização, são, em verdade, políticas oficiais de desmonte da sociedade-salarial e da limitada estratégia de uma sociedade integradora.



Nesse sentido, se faz necessário alguns entendimentos acerca da relação entre o ajuste fiscal e suas implicações nas políticas sociais através da compreensão dos determinantes sócio-históricos da crise estrutural do capitalismo.

Mészáros (2002) define a crise do capitalismo como uma resultante destrutiva e estrutural que se faz pertinente para a manutenção do modo de produção. Esse processo perpassa uma série de estratégias para recompor as taxas de lucro que não consideram a sustentabilidade social e ambiental, em outras palavras, a crise estrutural do capital afeta todas as esferas de produção e reprodução social e da vida em sociedade. É neste contexto, que o ajuste fiscal se mostra como um meio de enfrentamento da crise, apesar de ser uma "solução" o artifício traz consigo consequências dentre elas temos o agravamento da "questão social".

Loureiro (2001a), reforça que o processo de globalização do capital obriga o Estado a assumir outras prioridades, além do cuidado social, e a grande maioria dessas prioridades dizem respeito ao cuidado com o capital externo em detrimento da seguridade social. Vejamos:

Os governos contemporâneos têm sido continuamente desafiados a apresentar desempenhos macroeconômicos. Estabilizar moeda, ajustar contas públicas e manter a balança comercial equilibrada são ações exigidas para que as economias, tanto as desenvolvidas quanto aquelas em desenvolvimento, integrem-se ao mercado globalizado (LOUREIRO, 2001, p. 75).

Como já mencionado, o uso desses mecanismos regulatórios do capital, determinam a obtenção de resultados positivos na economia. Na prática, isso significa que a resultante entre as receitas arrecadas e as despesas do Estado devem ser colocadas para o pagamento da dívida pública e não utilizada como forma de ampliação da seguridade social, isso demonstra que a preocupação do estado capitalista com a economia deve ser maior do que com a garantia dos direitos institucionais.

Paulani (2016, p. 71) destaca as consequências dessas ações, conforme:

Em períodos em que a economia não vai bem, temos a queda da arrecadação tributária o que impõe ao governo a escolha entre bons resultados primários, com prejuízos na prestação de serviços públicos e das políticas públicas, ou a não obtenção desse resultado e a garantia da manutenção dos serviços e políticas públicas o que favorece a população, mas não estimula o "mercado".



Na mesma conjuntura, Augustinho, Oliveira e Lima (2013), salientam que o cumprimento das metas impostas pelo acirramento fiscal não dizem respeito ao impacto dos resultados na realidade societária, pelo contrário, muitas vezes, esse resultado demonstra que o governo utilizou dos mais diversos artifícios contábeis como reconhecimento de receitas atípicas e postergação no pagamentos de despesas através do restos a pagar confirmando a fala de Loureiro (2001b) que os instrumentos do ajuste fiscal imposto no Brasil, só foi possível pela governabilidade na qual o país se encontra gerada pelas relações negociadas entre o executivo e o legislativo.

Por fim, analisar o ajuste fiscal perpassa pela compreensão da disputa em torno do fundo público e da atuação do Estado mediante as garantias institucionais que lhe cabem. Nesse contexto, destaca-se a existência do Novo Regime Fiscal do país após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Esse regime foi elaborado a partir da Emenda Constitucional 95, conhecida como Teto de gastos, que congelou a destinação de recursos para a seguridade social por 20 anos, legitimando o ajuste fiscal no Brasil contemporâneo.

2.2 Assentamentos de Reforma Agrária: breves considerações

A luta pela posse da terra no Brasil atravessa a formação social brasileira e, historicamente, a estrutura fundiária mantém-se intacta, tendo o latifúndio como seu maior sustentáculo. Considerando as dimensões territoriais do país, nota-se que há uma imensa concentração de terra sobre a propriedade de uma pequena parcela de indivíduos e grupos, isso ocorre desde o período colonial. No contexto atual, essa concentração se torna um entrave para o desenvolvimento do meio rural, e a reforma agrária se apresenta como uma solução tangível para o fomento e a promoção do desenvolvimento, pois além da distribuição da terra, busca-se a distribuição de renda e a produção com base familiar.

Apesar da Constituição Federal de 1988 definir que todo estabelecimento deve cumprir com sua função social ou destinada a desapropriação para fins de reforma agrária, a lei não realizou o que se propôs, pelo contrário, nas áreas rurais os latifúndios persistiram. O censo agropecuário de 2017 registrou 5.073.324 milhões de estabelecimentos agropecuários com áreas acumuladas de 351.289.816 hectares, o



equivalente a 41,3% da área territorial do país. Os estabelecimentos rurais de até 50 hectares totalizam 81,4% de todas as terras rurais produtivas, porém correspondem apenas a 12,8% de toda a área rural ocupada. Todavia, as propriedades com mais de 1.000 hectares tomam quase metade de toda a área rural, equivalente a 1% dos estabelecimentos rurais. Isso evidencia a concentração da terra em posse dos grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais. (BRASIL, 2017)

É importante compreender que, os grupos que compõem os acampamentos são diversos, considerando que são nesses lugares que os diversos trabalhadores sem-terra se reúnem, realizam encontros e organizam as lutas pelo acesso à terra. É no período de acampamento que se alicerçam novas formas de identificação e socialização dessas pessoas (CARVALHO, 1999).

Os processos de destinação de terras para trabalhadores rurais que se foi proposto ao país se assemelham mais a processos de colonização e regularização fundiária do que à reforma agrária, pois, basicamente, foi destinado imóveis da união para projetos de assentamentos. Devido a larga escala dessas ações os assentamentos rurais passaram a ser sinônimo de reforma agrária e não parte do processo.

De acordo com Esterci (1992), o termo assentamento surgiu possivelmente dentro da esfera estatal com a finalidade de ordenar e reordenar os recursos fundiários com alocações para a população sem-terra e assim solucionar problemas socioeconômicos. Isso posto, é nesse contexto que os camponeses, por meio dos movimentos sociais rurais, passam a desenvolver ações políticas que fortalecem a conceituação do termo e a partir disso embasam a luta contra o Estado e pela busca de políticas públicas voltadas para a população campesina.

A denominação assentamento rural emerge, a partir de meados de 1960, com a ebulição dos movimentos sociais do campo que ressignificam os acampamentos através da politização dos camponeses. Todavia, a partir de 1980 a necessidade dessa discussão toma novas proporções (LEITE, 2012), pois "[...] não é só a luta pela terra que está em questão, é uma luta contra um modelo de desenvolvimento que privilegia um único tipo de propriedade. O problema da terra no Brasil, na realidade, não passa simplesmente pela distribuição de terra." (FERNANDES, 1999, p. 31).



Os assentamentos rurais têm significado a luta permanente de famílias sem-terra, em defesa da Reforma Agrária; a busca por um lugar onde possam plantar, morar, ter renda, ver seus/suas filhos/as crescerem. É a materialização das lutas empreendidas pelos movimentos sociais ao longo da formação social brasileira. Lutas que se concretizam a partir do local e se constituíram grandes referências de resistência, a exemplo das Ligas Camponesas, na década de 1950/1960 e do Movimentos dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra - MST, na atualidade.

Nas palavras de Barros (2014, p. 233),

A construção de um assentamento é, portanto, um processo que envolve diferentes dimensões, desde a questão produtiva, social, ambiental e comercial dos produtos agrícolas; a relação com o Estado e seus órgãos; as demandas por políticas sociais específicas; a organização comunitária; até questões relativas às relações sociais internas as quais incluem as desigualdades de gênero, geração e poder.

Bergamasco e Norber (2001), refletem que os assentamentos rurais têm sido formados a partir dessas lutas; mas também como uma ação do Estado para minimizar os conflitos agrários desencadeados entre os grupos econômicos nacionais e transnacionais e os movimentos sociais camponeses. São também, espaços de novas sociabilidades e construção de identidades coletivas no campo.

De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (BERGAMASCO, NORBER, 2001, p. 6).

Vale destacar, também, a definição de assentamentos rurais previsto na Instrução Normativa nº 15 do INCRA, de 30 de março de 2004.

[...] conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas de natureza interdisciplinar e multisetorial integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção



econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares (BRASIL, 2004, p. 148).

Ademais pode-se afirmar que os assentamentos rurais representam uma vida nova para o conjunto de famílias sem-terra que perambulam pelo Brasil em busca de um lugar para assentar seus sonhos, produzir alimentos saudáveis, ter acesso a renda e tecnologia de produção; como também, ter acesso às políticas públicas para agricultura familiar e as políticas sociais que são essenciais para construção de uma vida digna.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para empreender estudos acerca da temática das implicações da austeridade fiscal na política de assentamentos rurais, optou-se pela abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético. Essa opção metodológica permite compreender o real em sua totalidade e dialética, revelando as raízes e os reflexos dos problemas encontrados em uma dada realidade, neste caso específico: a realidade dos assentamentos rurais. Além disso, essa abordagem busca promover uma nova forma de sociabilidade voltada para a emancipação humana.

De acordo com Cury (1985), essa perspectiva reconhece que a totalidade de uma realidade e suas esferas são compostas por determinações e contradições atuais ou superadas. A totalidade da realidade está interligada a todas as suas esferas em uma ação recíproca, e a consideração dessas contradições revela a qualidade dialética da totalidade.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as implicações da austeridade fiscal na política de assentamentos rurais, levando em consideração os mecanismos de organização da realidade campesina em diferentes momentos históricos e apreendendo suas contradições. Reconhece-se que a realidade social é contraditória e as contradições são inerentes à sociedade como um todo. Conforme Cury (1985), a contradição destrói, mas também cria, pois exige processos de superação. Nesse contexto, a contradição é um motor da luta de classes e da transformação social.

A escolha pelo método dialético também implica em uma opção política, como destacado por Prates (2014). Essa opção reconhece que a ciência não é neutra e



defende interesses que privilegiam a dominação de alguns, seja por meio de controle econômico, subjugação ou acesso diferenciado a bens e informações, consolidando a hegemonia de uma classe. A hegemonia refere-se à capacidade de direção cultural e ideológica exercida por uma classe sobre a sociedade civil, articulando seus interesses particulares com os interesses gerais. A busca por consenso nas alianças de classe e o consentimento ativo são elementos centrais desse processo.

O presente estudo adota características da pesquisa social, que tem como preocupação central identificar os impactos do ajuste fiscal na política de assentamentos rurais. A pesquisa possui uma abordagem quanti-qualitativa, buscando compreender os porquês e os significados dos dados obtidos durante a análise.

A obtenção dos dados se deu por meio de análise bibliográfica da literatura acadêmica sobre assentamentos rurais, questão agrária e ajuste fiscal; bem como por meio de pesquisa documental com base nos relatórios de gestão do INCRA, nos programas relacionados a essa temática nos Planos Plurianuais do Governo Federal, nas edições da Lei Orçamentária Anual, tanto em nível nacional quanto estadual.

4 RESULTADOS

Para as análises relacionadas ao PPAs (2012 - 2015 e 2016 - 2019), foram realizados estudos dos objetivos dos programas "Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária" e "Reforma Agrária e Governança Fundiária", abrangendo o estudo dos objetivos que tratam acerca de: estrutura fundiária brasileira, violência, educação do campo, assentamentos rurais. Essas investigações contribuíram para uma compreensão mais aprofundada das ações promovidas pelo Programa, revelando que a política de reforma agrária passou por diversas modificações no âmbito orçamentário, resultando na readequação das metas e, conseqüentemente, dos programas sociais direcionados às populações rurais.

Os objetivos do Programa 2066 que tratam especificamente sobre as ações voltadas aos assentamentos rurais são os que possuem os números 0420 e 0421⁶ que

⁶ No PPA 2012 - 2015, às metas do objetivo 0420 tratam sobre o assentamento de famílias, a melhoria da infraestrutura, o atendimento com crédito instalação e a contribuição para a igualdade de gênero e diminuição da pobreza rural, mas no PPA seguinte (2016 - 2019) passou a ter como meta apenas assentar famílias. Isso também ocorre com o objetivo 0421 que, inicialmente, tratava sobre a titulação,



trataram sobre a infraestrutura dos assentamentos, titulação, cessão de créditos, entre outros. Nesse sentido, as análises realizadas partiram da identificação dos valores dotados, empenhados e pagos por esses objetivos.

Dessa forma, notou-se, a partir da verificação das informações constantes no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), que mesmo com a dotação final elevada os valores pagos foram, geralmente, inferiores a 50%. A Tabela 1 demonstra o cenário encontrado na análise do objetivo 0420.

TABELA 1 - Valores destinados através do objetivo 0420.

Exercício	Dotação Final (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
2014	2.195.261.887,05	964.756.031,45	543.559.531,92
2015	2.087.237.541,60	742.866.217,35	79.149.876,60
2016	372.530.908,15	246.506.077,48	200.517.476,49
2017	210.793.487,71	152.621.618,89	59.526.866,83
2018	54.668.233,73	40.395.540,43	24.121.567,29
2019	29.054.330,00	21.105.291,60	5.147.545,47

Fonte: Adaptado e deflacionado do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (2023).

A Tabela 1 apresenta os valores, em reais e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), destinados pelo objetivo 0420 no período de 2014 a 2019 e, como supracitado, verifica-se o nítido desfinanciamento do mesmo já que, enquanto em 2014 foram pagos mais de 500 milhões de reais, em 2019 o valor foi de apenas R\$ 5.147.545,47. Sendo que o ano de 2016 apresentou um crescimento (superando 200 milhões de reais pagos), mas não o suficiente para retornar aos patamares de 2014.

Algo semelhante ocorreu com o objetivo 0421, nele também foi observado diminuição dos investimentos no período analisado, mas notou-se algumas particularidades que são vistas na Tabela 2.

o aumento no acesso ao Programa de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o atendimento a projetos de agroindustrialização e comercialização, mas passou a tratar sobre infraestrutura rural, crédito instalação, Programa Assentamentos Verdes e produção orgânica, além de ter continuado com a meta de agroindustrialização e comercialização (BRASIL, 2011; BRASIL, 2015).



TABELA 2 - Valores destinados através do objetivo 0421.

Exercício	Dotação Final	Empenhado	Pago
2014	400.579.063,31	382.065.699,04	82.251.208,67
2015	313.127.352,08	199.126.816,46	39.130.394,96
2016	1.244.988.303,12	163.140.060,92	36.578.430,55
2017	707.928.647,59	576.265.125,93	87.943.258,83
2018	583.683.102,05	577.722.015,97	184.917.267,01
2019	364.305.919,00	360.534.426,91	18.149.805,33

Fonte: Adaptado e deflacionado do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (2023).

Diferentemente do observado, o pico de investimentos no objetivo 0421 deu-se nos anos de 2017 e especialmente em 2018, ano em que foi superado R\$ 180 milhões (Tabela 2). Todavia, nota-se que em 2019 atingiu-se o menor valor pago do período – R\$ 18.149.805,33 –, o que evidencia uma situação controversa, pois enquanto o valor empenhado nesse ano foi superior a 300 milhões de reais, o valor pago representou apenas a 5,04% desse montante.

Dessa maneira, somados os montantes pagos, de acordo com o SIOP e deflacionados pelo IPCA, apresenta-se o Gráfico 1 onde foram sistematizados os valores dos dois objetivos, que demonstra novamente a diminuição dos aportes financeiros destinados a partir deles.

GRÁFICO 1 - Valores pagos pelos dois objetivos do Programa 2066



Fonte: Adaptado e deflacionado do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (2023).



Como notado, após 2014 os montantes pagos foram inferiores a metade do que era pago. O Gráfico 1 demonstra o sucateamento mencionado anteriormente e em 2019 chegou-se ao menor valor da série histórica analisada, atingiu-se R\$ 23.297.350,80, enquanto em 2014 o aporte passou de 600 milhões de reais. Assim, significa dizer que o valor de 2019 foi equivalente a apenas 3,73%.

Nessa perspectiva, a partir das informações coletadas, subsidia-se a percepção de sucateamento da política e da não priorização das pautas transversais ao estabelecimento de assentamentos rurais, bem como da reforma agrária, pois é necessário que haja investimentos públicos no fortalecimento e implementação de políticas públicas já que, diante do modo de produção capitalista, não existe política pública sem financiamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta investigação, tornou-se possível compreender de forma mais aprofundada os impactos da política de austeridade fiscal na política de assentamentos rurais, revelando os impactos negativos do avanço do neoliberalismo frente a política de Reforma Agrária. Os estudos evidenciaram que a questão agrária no Brasil, desde a colonização, está atrelada aos interesses das classes dominantes, do mesmo modo que as prioridades do Estado.

A política de reforma agrária após a assembleia constituinte, passou por diferentes etapas até os dias atuais, a primeira é marcada pela afirmação da necessidade inscrita na Constituição Federal, mas colocada em segundo plano para que o Estado não fosse contra a burguesia agropecuarista nacional, mas impulsionada pelos movimentos sociais do campo, consolidou-se como pauta na agenda governamental, a segunda etapa pode ser definida como o período de consolidação, em recorte histórico, nesse período o executivo nacional estava sob os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), onde as instâncias de controle social foram preconizadas e suas reivindicações se fizeram como debate para a agenda governamental, por fim a terceira e etapa é de desmonte, iniciada em 2016 no governo Temer que utilizou de recursos institucionais para reduzir e paralisar os poucos avanços da Reforma Agrária.



O estudo exemplificou como se deu as ações de ajuste fiscal na política de reforma agrária em termos de valores e, apesar, do conceito de reforma agrária ser além da destinação de terras, essa ação se tornou sinônimo de sua realização desconsiderando a necessidade de infraestrutura para os assentamentos de reforma agrária.

Nesse sentido, conclui-se que a redução orçamentária instituída pelo ajuste fiscal retirou os programas de reforma agrária da agenda pública ocasionando o agravamento da pobreza e da desigualdade no meio rural. Pois, enquanto consolidava o agronegócio como forma de desenvolvimento provocava retrocessos nas condições de vida do pequeno produtor. Isso posto, se faz evidente que o Estado passe a agir de maneira que promova uma melhor qualidade de vida para a classe trabalhadora do campo por meio de políticas públicas voltadas para a população campesina.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira. *Revista OKARA: Geografia em debate*, v. 12, n. 2, p. 308-325, 2018.

AUGUSTINHO, Sonia Maria; OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de; LIMA, Isaura Alberton de. A "contabilidade criativa" e a inscrição de restos a pagar como "expediente" para alcançar o superávit primário. *REUNIR Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 3, n. 4, p. 127-147, 2013.

BARROS, Ilena Felipe. Nas trilhas do crédito fundiário: a luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira de Pernambuco. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014.

BERGAMASCO, Sônia M. NORBER, L. A. C. O que são Assentamentos Rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano plurianual 2012-2015: projeto de lei. Brasília: MP, 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano plurianual 2012-2015: projeto de lei. Brasília: MP, 2015.

BRASIL. Censo Agropecuário, 2017.



BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa INCRA nº 15, de 30 de março de 2004. Diário Oficial da União, nº 65, seção 01, p.148. 05 de abril de 2004.

CARVALHO, Horácio Martins. A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil. Curitiba: NEAD, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

ESTERCI, Neide. Assentamentos rurais: um convite ao debate. *In*: ABRA (Associação Brasileira Reforma Agrária). Assentar, assentados e assentamentos: solução ou atenuante. Campinas: ABRA, 1992. p. 7-15

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: formação e territorialização. 2. ed. São Paulo/SP: Hucitec, 1999.

FIORI, José Luís. O capital e o nacional: diagnóstico e prognóstico. São Paulo: Hucitec Revista Praga – Estudos Marxistas, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. *Perspectiva*, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001.

LEITE, Sergio Pereira. Assentamento rural. *In*: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 110-114.

LOUREIRO, Maria Rita. Instituições, política e ajuste fiscal: o Brasil em perspectiva comparada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, p. 75-96, 2001.

MÉSZAROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. *Revista Nera*, n. 8, p. 151-172, 2012.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. Por que gritamos golpe, v. 1, 2016. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murito (Ed.). Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Boitempo, 2016.

PRATES, Jane Cruz (2014). O método e a teoria marxiana. Artigo fruto de oficina realizada durante o Seminário de Pesquisa e Marxismo ocorrido na UFRN. Natal/RN, abril/2014. Digitado.